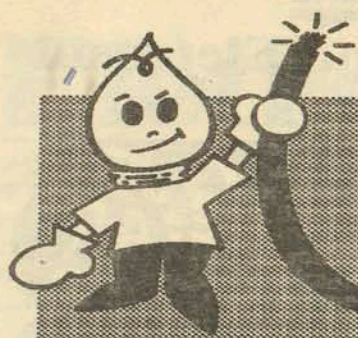




Linhariva

EDIÇÃO EXPERIMENTAL COM OITO PÁGINAS

Nº 187

16/07/92

NINGUÉM SABE QUAL SERÁ O DESTINO DA ELASE

Muita confusão cerca o adiamento, esta semana, da "praça" e leilão do terreno onde está a Elase para pagamento de dívida trabalhista. A "praça" (dia em que o terreno poderá ser arrematado acima do valor que foi avaliado) vai acontecer no dia 29 de julho (a data inicial era 14 de julho) e o leilão (dia em que o terreno poderá ser comprado a qualquer preço) ficou para dia 18 de agosto.

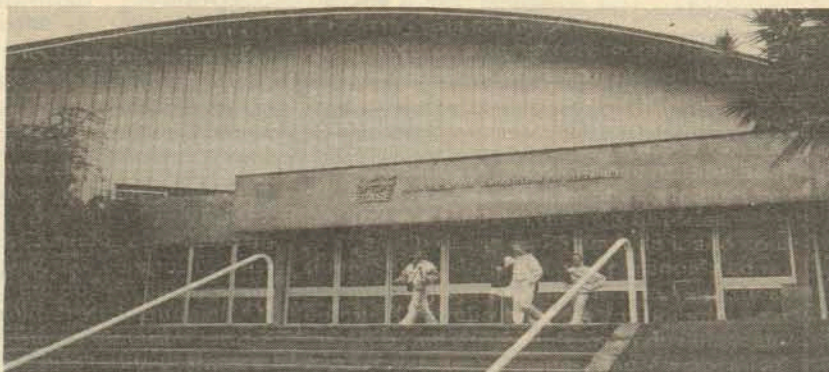
O anúncio do adiamento aconteceu no mesmo dia em que o terreno estaria na "praça". Ricardo Duarte, do departamento jurídico da Eletrosul, disse o adiamento teria sido determinado pelo juiz Luiz Fernando Vaz Cabeda e que a empresa não fez nenhum pedido de adiamento e que não sabia porque o juiz teria adiado o leilão.

Já na 1ª Junta do Trabalho, onde o juiz Cabeda trabalha, a secretária afirmou que o jurista foi procurado por vários diretores da Eletrosul, mas que os motivos do adiamento só poderiam ser conhecidos a partir da quinta-feira, quando o juiz teria despachado o processo.

Mas o advogado do Sindicato de Lages, por onde está correndo a ação trabalhista, Divaldo Luiz Amorim, diz que o leilão foi suspenso pelo leiloeiro que teria alegado que o valor do terreno era muito alto e por

isto deveria ser publicado no Diário Oficial. O sindicato reafirma que nenhum dos integrantes da ação vai aceitar o parcelamento do pagamento da dívida da Eletrosul.

O presidente da Elase, José Alexandre Machado, diz estar tranquilo porque, segundo ele, "todos diretores da Eletrosul me garantiram que a coisa não será levada às últimas consequências, ou seja o terreno não será leilado. Eles me disseram que estão fazendo propostas junto ao juiz de parcelar a dívida". Alexandre diz que não pensou no que fazer caso o terreno seja vendido. "Não estamos trabalhando com esta hipótese."



Sede da Associação pode deixar de ser ponto de lazer de eletricitários

LEIA

■ **Mortes nas empreiteiras da Celesc**

Pag. central

■ **Greves movimentam o Setor Elétrico**

Pag.2

■ **Como fica o reajuste na Eletrosul**

Pag.3

■ **Dívida Externa: a festa de Marcílio**

Pag. 6

■ **Os "catecismos" de Carlos Zéfiro**

Contra-capa

TRIBUNA

livre

Quem é que paga?

Arno Cugnier
Secretário-geral Sinergia

Com esperanças e promessas renovadas inauguramos o ano de 1992, mas, logo nos primeiros dias de janeiro soubemos da promulgação do Decreto 409, criado no final do dia 30 de dezembro de 1991, e que calou fundo no presidente da Celesc e no Governador do Estado. Calou tão fundo que paralisou a capacidade de reação do governador. Submetendo-se, ele impôs ao povo catarinense esse ditame do governo federal. Até quando estará se submetendo a tudo?

O presidente da Celesc reagiu rapidamente dizendo: "ou demito mil empregados ou aumento a tarifa em 35%". Esta declaração diz tudo. Diz, em primeiro lugar, que o decreto iria ser aplicado sem questionamentos. Diz também que o decreto, de fato, é prejudicial ao povo catarinense. Isto chocou duplamente a todos, porque além de submeterem-se integralmente ao clarim do governo federal, eles tomaram uma atitude impensada, intempestiva.

Em todo Brasil, a Celesc é a única que está cumprindo o decreto. Em outros Estados a reação foi contrária. E, por causa desta reação, os percentuais de transferência da fatura foram alterados. E mais: a data da implantação do decreto também foi alterada. As outras empresas não estão cumprindo o decreto. Não se trata de insubordinação, mas de senso crítico e cautela. Querem saber se a determinação prejudica ou não seus Estados.

Enquanto isto o governador e o presidente da Celesc cumpre uma lei que é danosa ao nosso Estado. Eles têm que nos explicar isto. Precisamos que o presidente da Celesc responda questões como: Porquê não entrou na discussão da validade do decreto? Que critério técnico usa para cumprí-lo? Para quem ele está mandando o dinheiro faturado já que o decreto está suspenso? E por aí vai.

Somos contra o 409 porque ele não resolve o problema de inadimplência. Além disso, com a desqualização de tarifa, a população catarinense será prejudicada. Terá uma tarifa mais cara que a de outros Estados. Mais uma vez vai ser chamada a pagar a conta.

Por outro lado, o presidente da Celesc e o governador do Estado levam o discurso distorcido e superficial da privatização e ao mesmo tempo oneram a empresa com custos mais elevados, contratam serviços nos setores essenciais como manutenção e leitura. À população resta dispor de um serviço de menor qualidade e novamente será chamada a pagar a conta.

Mais ainda, descumprem leis e acordos coletivos, acumulando passivos trabalhistas que chegaram a preocupar um juiz da Justiça do Trabalho. Demitem pessoas com garantia de emprego, dirigente sindical e não efetivam funcionários com vínculo empregatício já reconhecido.

Enfim, esta é uma administração marcada pelo descaso com a empresa e população e submissa ao governo federal. Marcada pela falta de investimentos no setor elétrico do Estado, limitando-se a "tocar a empresa". Vangloria-se de ser adimplente, mas para conseguir isto trata mal o sistema elétrico assim como quem trabalha nele.

O movimento sindical está discutindo no Congresso Nacional um modelo para o setor elétrico. As nossas preocupações básicas são distribuição de renda e desenvolvimento econômico. Assim, entendemos que não só nos posicionamos contra o modelo existente e o Plano 2010, como apresentamos alternativas para o setor elétrico.

DEU NO JORNAL

CPI está de olho na Eletrosul

O Diário Catarinense do dia 15 de julho publicou extensa matéria sobre o "Esquema PP", incluindo a Elos, da Eletrosul, na transação. No mesmo dia o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria intitulada "Provada ação do Esquema PP nos fundos", também comentando os primeiros trabalhos da CPI que investiga o caso.

Os dois jornais se apoiaram num relatório da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), segundo o qual a "Petros, entidade de previdência privada dos funcionários da Petrobrás, adquiriu ações da SADE S/A em decorrência da ingerência de terceiros e contrariando preceitos técnicos que atendessem aos objetivos de investimento da instituição".

A SADE pertencia a Nelson Tanure, amigo íntimo da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Segundo o relatório publicado pelos jornais, as ações da SADE foram colocadas no mercado especialmente desti-



nadas às empresas de previdência privada e uma das que as adquiriu foi a Elos.

O relatório afirma ainda que os papéis da SADE foram

rejeitados pelo mercado, pois das 81 bilhões de ações preferenciais emitidas sobraram 79,539 bilhões ações (98%).

Senado quer explicação do ministro sobre ELOS/SADE

O Senador Nelson Wedekin, em requerimento aprovado pelo Congresso esta semana, solicitou ao Ministro das Minas e Energia, Pratinê de Moraes, informações sobre a fundação Elos e Eletrosul. O senador quer saber os detalhes do que consta em ata da Elos, sobre a compra de ações da SADE, quer saber se é verdade que a direção da Eletrosul recomendou a compra de tais

ações, e se é verdade que, já que a Elos não tinha recursos para compra destas ações, a Eletrosul os forneceu. Wedekin quer saber ainda se o Ministério tem conhecimento destes fatos e que providências tomou.

Mais adiante no requerimento o senador catarinense pergunta se o ministério sabe da dívida, superior a 40 milhões de dólares, da Eletrosul para

com a Elos e como o ministério vai efetuar ou mandar efetuar este pagamento. Pergunta ainda se o ministério sabe que a Eletrosul faz uma retenção dos valores deduzidos em folha do pagamento dos funcionários, mas não os repassa à Elos, e que o mandato da Diretoria Executiva da fundação expirou em abril de 92 e mesmo assim a Direção da empresa nada faz a respeito desta ilegalidade.

Greves movimentam Setor Elétrico

Os empregados de Furnas, apesar do reajuste concedido pela Eletrobrás na terça-feira, continuam em greve. Segundo o Comando Nacional dos Eletricistas a greve inclusive está com aumento de adesões. A greve em Furnas é por tempo indeterminado e no Rio de Janeiro não está havendo mais troca de turnos.

Ainda em greve, até a manhã de hoje, dia 16 de agosto estava também o pessoal da Nuclen, que havia decidido por uma greve de 48 horas, a partir do dia 14. A Nuclen decide o prosseguimento ou não do movimento na reunião do Comando Nacional dos Eletrici-

tários que acontece hoje pela manhã. Neste encontro o CNE faz uma avaliação do movimento e seus desdobramentos, como também discute o reajuste oferecido pelas empresas.

Na Cepel está marcada greve para hoje e amanhã, dia 17 de julho. Na Eletronorte a greve aprovada por 48 horas aconteceu sem problemas no Distrito Federal e Amapá. Na Eletrobrás a greve foi na manhã de terça-feira no Distrito Federal e Rio de Janeiro. O movimento teve participação de 60% dos empregados e foi suspenso após a proposta de reajuste, mas condicionado à continuidade efetiva das negociações.

Eletrosul sem respostas

A total ignorância que o Diretor Administrativo da Eletrosul, Ilário Pasin, demonstrou a respeito da pauta da reunião com a Intersindical - que havia sido enviada para ele seis dias antes - não comprometeu os resultados do encontro, que aconteceu na tarde de terça-feira. Pressionado pela Intersindical, o DA vai levar à reunião da diretoria executiva da empresa, na segunda-feira, dia 20 de julho, um pedido de resolução sobre três assuntos:

eleições na Elos, correção das mensalidade sindicais e contribuição confederativa e início das negociações para pagamento do Bresser. O que for decidido será comunicado na terça-feira aos sindicatos.

A questão do reajuste salarial, que também estava na pauta, e que havia sido concedido naquele dia, mereceu dois comentários dos sindicalistas. Primeiro de que informar reajustes pelo sistema de som além de negativo

contraria a lei que determina que as partes devem se sentar e negociar estes percentuais. Segundo que a direção da Eletrosul, de uma maneira demagógica, se apropriou do trabalho das outras empresas do setor que tiveram que enfrentar greves, sentar e negociar.

A Intersindical comunicou também a empresa que irá entrar com uma

ação na Justiça, contra a Eletrosul, por apropriação indébita, por causa da contribuição confederativa. O assunto vem sendo arrastado pela diretoria da empresa desde agosto e os sindicatos pensam que o volume de valores em jogo é muito alto para se dar ao luxo de brincar com o assunto.

Ilário Pasin disse que falou recentemente com

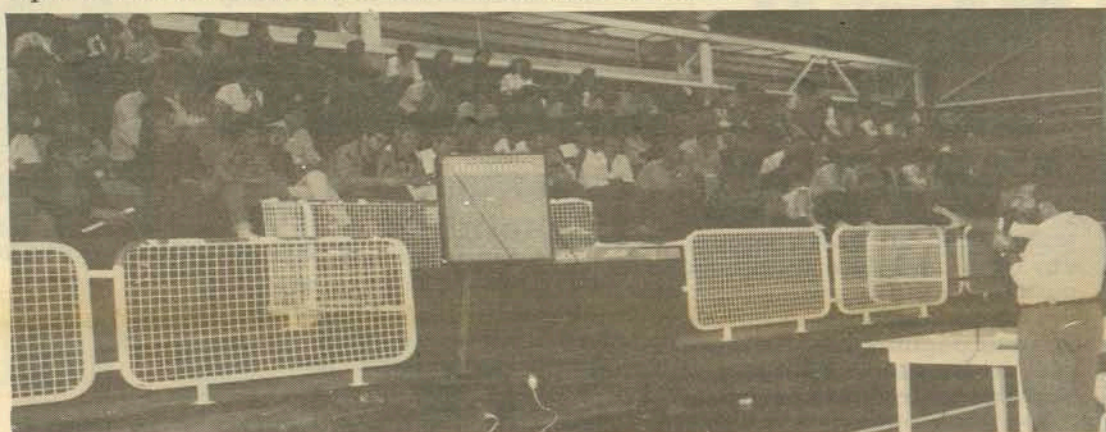
a Eletrobrás manifestando seu desejo de negociar o Bresser. "Eles me pediram que segurasse um pouco para que se pudessem fazer uma negociação mais ampla". Depois de muita argumentação porém, o DA concordou em discutir junto com a direção, na segunda-feira, a abertura de negociações o mais rápido possível.

Intersul já tem calendário para campanha salarial

Está pronto o calendário dos preparativos para a campanha de novembro na Eletrosul. No dia 25 de julho acontece Plenária de base, para decidir a pré-pauta. A plenária será em Itá.

Até o dia 5 de agosto deverão ocorrer as assembleias gerais para definir os delegados que participarão do V Enel (Encontro Nacional dos Eletricistas), que acontecerá entre os dias 15 e 17 de agosto em Brasília.

Dia 20 de agosto acontece reunião da Intersul. De 21 a 28 de agosto serão convocadas assembleias para o fechamento da pauta. A plenária de organização da campanha vai acontecer no dia 29 de agosto na cidade de Entre Rio do Sul - Rio Grande do Sul (UHPF).



Assembléia em Florianópolis, dia 14, discutiu situação da empresa e dos salários

SALÁRIOS

Reajuste é de 120,50%

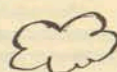
A Eletrosul comunicou que reajustará os salários dos seus empregados em percentuais superiores aos determinados pela Lei salarial.

Na parte dos salários que em março passado era inferior à três salários mínimos, irá aplicar 120,50% de reajuste, correspondente à inflação dos últimos quatro meses, como estabelece a Lei. Neste percentual está incluída a antecipação de 25% de maio.

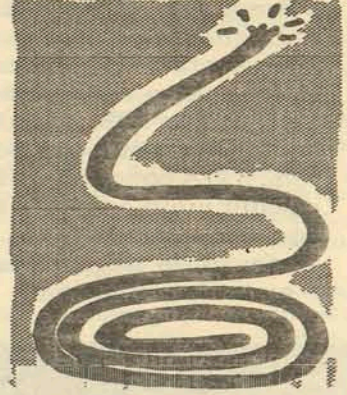
A parte dos salários que em março eram superiores à três salários mínimos, será reajustada em 84,35%. Este reajuste será feito em duas parcelas. A primeira, em julho, será de 50% da in-

flação acumulada no quadrimestre, isto é, 60,25%. Em agosto haverá o reajuste complementar, de 24,1%, que totalizará os 84,35%. Ambos devem ser calculados sobre o salário de março, e respeitando as faixas salariais.

As perdas salariais continuarão, especialmente nos salários mais elevados. Em julho, o reajuste necessário para zerar as perdas ocorridas até junho, no caso do maior salário da Eletrosul, era de 190,07%. Este salário será reajustado em julho por apenas 63,67%. Fica faltando 77,23% de reajuste.



ALTA TENSÃO



LV em teste

O leitor mais atento tem percebido que o nosso Linha Viva vem sofrendo algumas alterações gráficas. Na verdade são testes que em breve resultarão em uma completa modificação, com um projeto gráfico baseado em novos conceitos. A utilização de mais páginas, como nesta edição, assim como de cores também faz parte dos experimentos.

Verdini não quer nem falar

Na última reunião da Intercel com a Celesc foi pedida uma audiência conjunta com o Governador do Estado, presidente da Celesc, sindicatos e os demitidos das ex-cooperativas de eletrificação rural e concursados. O Diretor Administrativo da Celesc ficou encarregado de viabilizar a reunião, mas respondeu, na sexta-feira passada, que o presidente Verdini negou-se a participar da reunião.

Sindicato Norte em aperfeiçoamento

Nos dias 9 e 10 de julho o Sindicato dos Eletricistas do Norte do Estado realizou um curso sobre campanha salarial e negociação em Joinville. O curso foi ministrado pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio para dirigentes dos sindicatos de

Lages, Tubarão e Joinville. O Sindicato do Norte está também ampliando seu setor jurídico. Foram contratados seis novos advogados que darão assessoria aos sindicatos de Joinville e região, São Bento do Sul, Mafra e Canoinhas e região. O advogado anterior foi dispensado.

Semana de assembleias para pessoal da Celesc

O calendário de assembleias para aprovação da pauta da campanha 92-93 na Celesc está pronto. No dia 20/07 a assembleia é em Mafra e Canoinhas. Dia 21 em Joinville, São Francisco do Sul, Tubarão e região. Dia 22 em Imbituba e região e Jaraguá do Sul. Dia 23 em São Bento do Sul, Criciúma e região e Araranguá e região e Florianópolis. A pré-pauta estará a disposição dos interessados nos locais de trabalho.

Eleição em Canoinhas

O Sindicato do Norte vai abrir inscrição para representante sindical na sub-estação de Canoinhas, base Eletrosul. Os interessados devem fazer contato com a sede do sindicato em Joinville, fone (0474 - 22-21-61).

Deu no jornal

O passivo trabalhista da Celesc está preocupando muita gente. Depois do juiz Cabeda, foi a vez do comentarista político Prisco Paraíso, que no sábado passado comentou, no DC, a situação e afirmou que "Se ainda não é motivo de preocupação latente, é bom a Celesc começar então a pensar em alguma fórmula que altere o atual quadro, no tocante à política de relação empregatícia e à legislação trabalhista... A gravidade é tal que até o presidente da Celesc é autor de uma ação similar com ganho de causa em segundo grau, cuja decisão dificilmente será modificada pelo TST... Ou o pires certamente será estendido, com o risco de repassar às tarifas as importâncias a serem executadas. Não bastasse a falência financeira, a Celesc pode ser fulminada de morte com a "falência administrativa".



Contra a lei, empreiteiras transportam empregados sobre os caminhões

Mortes rondam empreiteiras

No mínimo duas mortes e vários feridos. Este é o saldo do trabalho das empreiteiras na Celesc nos últimos dois meses. Estes números, na verdade, devem ser maiores. Mas há muita dificuldade para se encontrar informações sobre a atuação de terceiros na empresa. O Linha Viva mapeou quatro acidentes graves.

O mais macabro ocorreu em Videira. Um funcionário de uma empreiteira morreu, na carroceria de um caminhão, com a cabeça toda esmagada por postes. Em Concórdia, outro trabalhador luta para sobreviver com o corpo todo queimado. Em Joaçaba, uma mulher, que passava pelo local onde uma empreiteira trabalhava, morreu atingida por um fio condutor que estava sendo lançado entre dois postes. Também luta para viver, um empregado da Luminar que, em São Pedro de Alcântara, tentava colocar um mordente, quando o fio bateu na alta tensão e voltou atravessando sua perna.

Diante disso João Santana Filho, diretor do Sinergia, pergunta: "se as empreiteiras não dão importância à segurança e vida de seus funcionários, o que se poderá dizer do serviço que

executam?" Qual será a imagem da Celesc, junto aos catarinenses, daqui dois ou três anos, quando os serviços prestados pelas empreiteiras começarem a "estourar"? Quem é que vai levar a culpa, por trabalhar numa empresa ineficiente? Onde estarão os atuais dirigentes da Celesc, responsáveis por isto, no futuro?

Milhares de celesquianos, principalmente aqueles que trabalham "em campo" e que assistem seu serviço ser feito irregularmente pelas empreiteiras se fazem estas perguntas. "Os contratos que a Celesc faz com as empreiteiras prevêem que o serviço deve ser feito com segurança, com equipamento adequado, que, por exemplo, não devem transportar trabalhadores nas carrocerias de caminhão. Mas nada disso é cumprido. Não existe mais nem o fiscal de obras. As empreiteiras à serviço da Celesc - com o nome da Celesc nos seus caminhões - trabalham irregularmente e este trabalho não é feito com qualidade", observa Santana.

Os exemplos são muitos. Para citar um: as empreiteiras não estão fazendo adequadamente as conexões e emendas de condutores pois não tem equipamentos/ferramentas suficien-

O que é acidente de trabalho

Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou ainda pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho permanente ou temporária.

O acidente de trabalho é comunicado através da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). A empresa deverá comunicar o acidente à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências.

A cópia da CAT deverá ser recebida pelo acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponde sua categoria. A lei diz ainda que "na falta do cumprimento do disposto, caberá ao setor de benefícios comunicar a ocorrência ao setor de fiscalização do INSS para a execução da multa devida. Na falta de comunicação por parte da empresa,

ou seja, se a empresa não preencher a CAT, podem formalizá-la (preencher e encaminhar ao INSS) o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assiste ou qualquer autoridade pública." A lei diz ainda que se outros preencherem a CAT, este fato não exime a empresa da responsabilidade pela falta do cumprimento da comunicação. Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas. Por fim, o acidente de trabalho deverá ser caracterizado:

1 - Administrativamente, através do setor de benefícios do INSS, que estabelecerá o nexo entre o trabalho exercido e o acidente;
2 - Tecnicamente, através da Perícia Médica do INSS, que estabelecerá o nexo de causa e efeito entre: a) O acidente e a lesão; b) a doença e o trabalho; c) a causa mortis e o acidente.

Qualquer dúvida questione seu sindicato ou representante/diretor sindical no local de trabalho.

tes ou adequadas. Por isto a energia chega às residências com má qualidade, com interrupções intermitentes. Será que os catarinenses irão aceitar este tipo de serviço tranquilamente? A quem irão culpar?

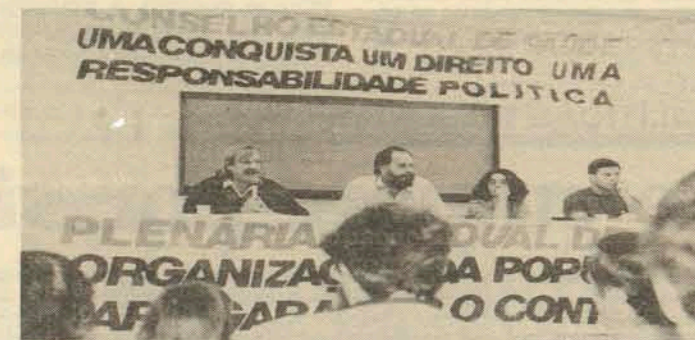
Plenária cria Fórum Popular de Saúde

Criar um Fórum Popular de Saúde foi a principal resolução da Plenária Estadual de Saúde realizada no último final de semana na UFSC, em Florianópolis. Mais de 50 entidades dos movimentos sindical, comunitário, estudantil, associações de portadores de patologias, pastorais de saúde, entre outras, debateram a constituição do Conselho Estadual de Saúde, que vem sendo golpeada pelo governo do estado.

O movimento em torno de conselhos estaduais e municipais de saúde começaram com a promulgação da Constituição de 88. A carta prevê o Sistema Único de Saúde e delineia a participação social na definição das ações de saúde. Em Santa Catarina a Constituinte de 89 criou o Conselho Estadual de Saúde que só agora está para ser regulamentado, mas com muitas críticas por parte dos setores organizados da sociedade.

A história do Conselho Estadual é longa e acidentada. Há mais de um ano, diante da omissão do governo estadual, uma Conferência Estadual de Saúde formou uma comissão para fazer acompanhamento da instalação do conselho. Frustrada com a falta de ação do governo a comissão - com base em resoluções da Conferência - encaminhou um projeto de lei criando o Conselho. O projeto assinado pelo deputado Afonso Spaniol (PT) foi aprovado pelos demais deputados, mas teve 11 artigos vetados pelo governador, ficando a proposta descaracterizada.

A derrubada de seis vetos foi negociada e aprovada pela Assembleia. Em março deste ano a lei é sancionada e começa a batalha pela regulamentação do Conselho. Diversas entidades, com a mediação do presidente da assembleia Legislativa e do reitor da UFSC, tentam negociar com o secretário de



Debates confirmaram necessidade de controle público sobre a saúde

Saúde João Ghizzo, que se comprometeu com a proposta das entidades. Mas surpreendentemente ele mesmo encaminhou outra proposta ao parlamento, traindo o compromisso assumido.

"A idéia original dos conselhos é criar dispositivos de controle social sobre as ações de saúde, e por isso os conselhos devem ter caráter deliberativo e permanente", diz Marco Aurélio da Ros, médico e presidente da APUFSC. A frase que parece a constatação de uma obviedade é uma contraposição política à proposta de conselho do governo que tramita na Assembleia Legislativa, embutida no Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores da saúde.

O governo está defendendo um conselho descaracterizado, segundo a Plenária. São quatro as divergências básicas: na proposta do executivo o conselho não é permanente, não é deliberativo, não tem poder de fiscalizar instituições priva-

das e ameaça a paridade estabelecida por lei federal ao não mencionar quem indica os membros do conselho.

"O secretário é vil, mentiroso e golpista", denunciou Geraldo Swiech, presidente do Sindicato dos Médicos. Para ele o secretário está procurando beneficiar instituições privadas e garantir a estrutura do SUS para fortalecer os currais eleitorais governistas. A secretária da saúde foi convidada para participar da plenária, confirmou presença, mas na hora não compareceu. "É lamentável que não estejam aqui para a gente saber como eles têm coragem de defender esta proposta espúria", disparou Swiech.

A resposta da Plenária a esta situação foi a criação do Fórum Popular que terá uma executiva formada por 15 entidades e mais um conselho político com um representante de cada micro-região (18). "Não queremos apenas pressionar no sentido de conquistar um Conselho democrático que garanta o controle público sobre a saúde, queremos também discutir e orientar a atuação das entidades populares no Conselho", explica Flávio Valente, médico e assessor da CISAT - Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador. O Fórum deve acompanhar e interferir na implantação do Conselho.

O médico e professor da UFSC, Osvaldo Maciel, analisando o quadro político da área de saúde não tem dúvida: "temos um secretário acima da lei e, por isso a saúde de Santa Catarina está fora do que prevê a lei".

Mais barulho que retorno

Clóvis Scherer
José Álvaro Cardoso
Técnicos do DIEESE

Com um certo estardalhaço, o Governo anunciou um acordo preliminar com os bancos estrangeiros credores sobre a dívida externa brasileira. O anúncio oficial qualificou o acordo como inédito, inovador, até capaz de afastar, de uma vez por todas e a longo prazo qualquer problema causado pela dívida à economia do país. Compreende-se, afinal para um Governo acusado e acuado, nada melhor do que aumentar as dimensões de um resultado positivo.

Em primeiro lugar é bom ficar claro que em termos de qualidade, o acerto preliminar não é algo fora do comum. Seus termos seguem o roteiro do Plano Brady, nova estratégia de renegociação da dívida de todo o Terceiro Mundo. Este Plano abandonou o simples refinanciamento dos juros e principal devidos, em troca dos chamados "menus de opções" que tem sido apresentados aos credores. Deu nova ênfase também a implantação de políticas de abertura da economia e de redefinição do papel do

Estado, como vemos acontecer agora, mais que nunca, no Brasil. Uma estratégia que se impôs pela ineficácia da anterior, que produziu a avalanche de moratórias e crises políticas e sociais de grandes dimensões.

Este pré-acordo inclui uma forma de pagamento capaz de abater o principal devido em até 35% do total de 44 bilhões. Mas esta redução dependerá de fatores ainda indeterminados. Primeiro, será necessário que cada banco opte por assim fazê-lo. Aliás, os credores só passaram a admitir esta proposta depois que seus capitais foram protegidos por provisões contra o calote, ao longo da fase mais aguda da crise da dívida. Em segundo lugar, dependerá das taxas de juros que incidirão sobre a parcela não abatida, que serão flutuantes. Se estas forem muito altas poderão frustrar as expectativas. Em troca o Brasil pagará juros de mercado (flutuantes), taxa de risco (spread) e comprará garantias de quitação da dívida remanescente e parte dos juros, na forma de títulos do Tesouro Norte-americano.

A redução dos juros a serem pagos, pela fixação das ta-



Maricflio: para o ministro a coisa deu certo. E para o Brasil?

xas já no acordo também dependerá do comportamento dos juros internacionais. O Brasil aceitou taxas fixas que vão de 4% a 8%. Se, no momento do pagamento as taxas de mercado forem menores que as aceitas pelo Brasil, o país estará perdendo. Hoje, os juros internacionais estão relativamente baixos, e há quem afirme que dificilmente chegarão de novo aos percentuais verificados no fim dos anos 70, de mais de 20% ao ano. Como o pagamento de juros se estenderá em até 30 anos, é muito

difícil prever se ocorrerá ou não tal redução dos juros.

As autoridades afirmam que houve, neste acordo, avanços em relação aos firmados por outros países devedores como o México, Argentina e Venezuela. Uma delas seria o prazo de 2 anos para o Brasil comprar as garantias exigidas (títulos do Tesouro dos EUA). Estas garantias deverão ser de no mínimo 3,2 bilhões de dólares. Metade do valor deve ser financiado pelo FMI, BIRD, BID, e bancos privados, através da redução do serviço da dívida brasileira com estes organismos. Assim, mesmo financiados, são recursos extraídos do país, e se destinarão aos bancos estrangeiros.

Se o acordo em si pode ser julgado positivo, a avaliação dele como parte de um histórico de relações financeiras in-

ternacionais deixa a desejar. Basta lembrar que os valores já pagos até hoje superam o valor total da dívida. Que esta dívida foi contraída pelo setor privado, ou em seu benefício, e no momento em que começou a dar prejuízo foi assumida pelo Estado Brasileiro, ou seja socializada. Que desde o momento da eclosão da crise da dívida, em 1982, os bancos se provisionaram contra o calote, com a ajuda dos devedores, dos organismos internacionais e dos governos dos países desenvolvidos, evitando os efeitos da moratória generalizada e tornando-se imunes à maior crise financeira do capitalismo mundial. E que a contribuição da população dos países devedores foi inversamente proporcional à capacidade de se proteger dos efeitos dos planos de ajuste impostos pelos banqueiros via FMI (a UNICEF afirmava recentemente que as maiores vítimas da crise da dívida eram as crianças do terceiro mundo).

Os novos conceitos de redução da dívida e de taxas de juros fixos parecem estar chegando, mas no mínimo com 10 anos de atraso.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A profecia que se cumpre por si mesma

Aurélius Vianna
Antropólogo

Grandes empresas estatais vêm-se utilizando de metodologias de previsão econômica para informar o planejamento de investimentos a curto, médio e longo prazos. Assim, a Eletrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobrás mantêm equipes de técnicos especializados para, a partir de análises retrospectivas e de conjuntura, estabelecer tendências de demandas futuras que deverão ser atendidas pelo governo, através de formulações de políticas públicas. Em muitos casos, a previsão de um futuro possível e a elaboração de políticas voltadas nessa direção acabam por contribuir decisivamente para a sua configuração, como havia sido previsto anteriormente. Parafraseando R. K. Merton, esta previsão é uma profecia que se cumpre por si mesma.

A relação entre as previsões da Eletrobrás de demanda futura de energia e a execução do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (MME/Eletrobrás, 1987), constitui um caso

exemplar desse mecanismo. Partindo do suposto do crescimento de importantes variáveis de aumento de consumo de energia até o ano 2010, tais como a "eletricidade direta e indiretamente utilizadas aos bens exportados", com o incremento das exportações siderúrgicas (MME/Eletrobrás, 1987:33), e a taxa de urbanização, que atingiria 82% em uma população de 207,5 milhões de habitantes (MME/Eletrobrás, 1987:41), o governo aprovou uma política energética baseada na construção de grandes hidrelétricas, que permitiria o atendimento das demandas futuras.

Com essa política de geração de energia, acontecerá o deslocamento compulsório de milhares de famílias de camponeses e a destruturação de economias regionais, o que contribuirá para o aumento da migração para as cidades.

Em outra esfera de planejamento econômico do governo, elaboram-se previsões, e consequentemente políticas públicas, que acompanham mecanismos semelhantes. Por exemplo, as análises do desenvolvimento agrícola no Brasil, que indicam a tendência inevitável da diminuição do número

de pequenos agricultores, com uma conseqüente queda em sua participação econômica, subsidiam a elaboração de políticas agrícolas que desconsideram essa parcela da população rural considerada fadada ao fracasso, e colaboram, assim, para que os pequenos produtores cheguem, realmente, à bancarrota. Deste modo, as políticas públicas do governo não apenas atendem a uma possível demanda futura da sociedade brasileira, mas colaboram para que o futuro da sociedade seja aquele que foi previsto pelo planejamento econômico.

Paradoxalmente, a elaboração de políticas "alternativas" às governamentais, muitas vezes, parte de pressupostos semelhantes aos do governo. Nestes casos, ao se prenderem à necessidade do realismo das propostas, naturalizam a inevitabilidade da urbanização acelerada da população brasileira e da exportação de energia em produtos, sem se proporem políticas que visem reverter este quadro.

A formulação de políticas que buscam atender a uma demanda futura prevista a partir da evolução de indicadores sócio-econômicos, passa

a limitar a construção de um futuro alternativo. A elaboração de uma política energética efetivamente alternativa só é possível mediante a alteração das tendências (urbanização e industrialização eletrointensiva) que circunscrevem a demanda futura de energia. Como também, a elaboração de uma política agrícola voltada aos pequenos produtores só é possível quando se trabalha com a hipótese de uma sociedade em que a pequena produção desempenhe um papel relevante.

Ao se tomarem as previsões como um dado da realidade, os planejadores partem do pressuposto de que o futuro é o resultado de uma evolução natural da sociedade e de que as políticas são instrumentos meramente técnicos para atender às demandas previstas, esquecendo-se que a construção do futuro é resultado da mediação política. Isto é, a disputa política tem um papel determinante nos rumos da evolução da sociedade brasileira.

Sem concorrência, família Mesquita assume TVE

Matéria extraída do Boletim do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

A família de Douglas Mesquita, presidente da Telesc, é a mais nova proprietária de canal de televisão em Santa Catarina. Desde o último 1º de abril, a Fundação Caracol, presidida por Alexandre Mesquita, filho de Douglas, recebeu autorização para retransmitir os sinais da TV Educativa, canal 2. Além de Alexandre, são sócios da Fundação Caracol, um empresário de Joinville, Hary Kormmann e outra pessoa de Lages que, estranhamente, Alexandre não lembra o nome.

A TV Caracol deve entrar em funcionamento em aproximadamente 30 dias, o tempo necessário para que cheguem os equipamentos e os técnicos possam instalá-los. Alexandre diz que não sabe da quantia financeira que será preciso para a importação dos equipamentos, já que Hary Kormmann, o diretor financeiro, e seu pai Douglas Mesquita, que estão tentando levantar financiamento, junto ao Badesc e ao BNDES. Apesar da Fundação Caracol ser de caráter privado, a tevê vai utilizar toda a estrutura física da Telesc. Os estúdios estão sendo instalados no prédio da Telesc, no Morro da

Cruz, em Florianópolis.

A Fundação Caracol conseguiu a autorização para retransmitir os sinais da TVE, mediante um simples pedido junto ao Governo Federal, não houve nenhum edital de concorrência. Mesmo assim aqui em Santa Catarina, nada foi divulgado. A imprensa só soltou algumas notas, depois que o pedido já havia sido concedido. Alexandre mesmo afirma que tudo foi mantido em segredo para que nenhum outro grupo se interessasse pelo negócio.

A iniciativa da família Mesquita teve evidente apoio político do Governador Kleinubing, uma vez que o governo estadual teria prioridade numa eventual disputa pela autorização para retransmitir o sinal da TVE. Privilegiando uma entidade de direito priva-

do (Fundação Caracol) impede-se, na prática, a democratização de um serviço essencialmente público, já que a Constituição Estadual prevê no seu art. 179 que a direção dos veículos de comunicação de massa de propriedade do estado será composta por órgão colegiado.

Desde a época do presidente Sarney, o governo entende que retransmissão de imagens não é radiodifusão, ou seja, não existe geração própria de sons e imagens. Assim, a autorização para retransmitir não precisa passar pelo Congresso. Acontece que o próprio Sarney assinou um decreto concedendo às retransmissoras do sinal do Sistema Educativo, o direito de produzir e gerar duas horas e vinte minutos diários de programação. Apesar das TVEs não poderem comercializar

anúncios, estas duas horas de programação local podem contar com apoios empresariais, e que de uma certa forma, acabam se fazendo anunciar. Assim, a TVE agora, virou um negócio lucrativo. Só no estado de São Paulo, o governo Collor já concedeu autorização para sete empresas operarem em várias cidades do interior. Todas são empresas privadas que esperam a ampliação da produção própria e consequentemente a liberação da propaganda comercial.

Aqui no Estado, Alexandre Mesquita pensa em fazer o mesmo. Ele quer produzir o programa Sem Censura, nos mesmos moldes que o nacional, mas com caráter local. Como o sinal da TV Caracol será emitido para Blumenau, Rio do Sul e Joinville e mais tarde também para Tubarão e

Lages, será fácil conseguir apoios empresariais para a programação.

Mas o grande filão econômico deverá ser mesmo o governo do estado. Alexandre Mesquita conta que já existem projetos e convênio entre a TV Caracol e a Secretaria da Educação para a produção de programas destinados aos professores de primeiro e segundo graus. Estes projetos certamente renderão uma boa verba para a tevê.

A TV Caracol pensa em produzir também programas de variedades, que tenham vínculos com a região. Será uma tevê "short". Não vai mostrar nenhuma cena de violência, nada de ruim. "Queremos mostrar o lado bom da vida", diz Alexandre.

O presidente da TV Caracol se define um apaixonado por comunicação e fazer televisão foi sempre um grande sonho - "é este tipo de coisa que não dá pra explicar". Ele cursou Administração, se especializou em Marketing. Agora, aos 25 anos, sem nenhuma experiência na área de telecomunicações, ele realiza seu sonho e se transforma em presidente da Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa do Estado de Santa Catarina. Douglas Mesquita conseguiu um bom brinquedinho para seu filho.

IMPOSTO SINDICAL

Intersul é única na Justiça

A cobrança do imposto sindical é um arbítrio e por isto este imposto não deve existir. Quem decide sobre a sustentação financeira da entidade que o representa é o trabalhador reunido em assembleia. Desde 1990 todos sindicatos que formam a Intersul e Intersul têm ações na Justiça contra a cobrança deste imposto. São os únicos sindicatos do Brasil a tomar este tipo de atitude e por causa disto vêm sendo elogiados por jurista e representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pela imprensa nacional, como fez recentemente o jornal Gazeta Mercantil.

Nos acordos coletivos dos três últimos anos na Celesc e Eletrosul estes sindicatos conseguiram que as empresas fizessem o

depósito deste imposto em juízo. Assim quando a Justiça der seu veredito este dinheiro poderá ser devolvido aos trabalhadores corrigido, e não em valores históricos como aconteceria se fosse depositado na Caixa Econômica Federal. Mas este ano a Eletrosul não cumpriu o acordo e não depositou o imposto em juízo e sim na CEF. Na semana passada a CEF enviou aos sindicatos os 60% referentes às entidades, descontados em valores históricos e a devolução foi repassada automaticamente para conta dos empregados da Eletrosul. Os empregados de Itá e Xanxerê não tiveram a mesma sorte. A Eletrosul depositou o imposto na conta do Sindicato dos Eletricitários de Concórdia e não na do Sindi-

cato de Lages ao qual estes empregados são filiados. Como o sindicato de Concórdia não participa da Intersindical estes trabalhadores ficarão sem receber a devolução.

Na Celesc as ações referentes ao imposto sindical de 1990, 1991 e 1992 estão tramitando no TST. O pedido é que o desconto seja devolvido integralmente. Na Eletrosul foi julgado pelo TST a ação referente ao ano de 1990 e devolvido os 60% devidos aos sindicatos. Outra ação pede a devolução dos 40% de 1990 e os 100% do que foi descontado em 1991. Como a empresa não depositou em juízo o imposto de 1992, os sindicatos puderam apenas devolver o que lhes foi devido pela CEF.

Justiça derruba o divisionismo

O Senergisul (Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul) conseguiu mais uma vitória contra a histórica investida das empresas contra os sindicatos para aprovar o divisionismo e enfraquecimento dos trabalhadores. O juiz João Armando Bezerra Campos, da 4ª Vara da Fazenda Pública determinou que "diante da decisão tomada pela Assembleia Geral da categoria, é legítimo o pagamento da Contribuição Confederativa ao Senergisul".

A CEEE à exemplo da Eletrosul há tempo vem pregando que os sindicatos de eletricitários não representam a categoria diferenciada e por isto, não efetuava o pagamento da Contribuição Confederativa àquele sindicato. A posição do juiz foi contra tudo isto e reforça a posição do Senergisul, Sinergia e outros sindicatos consolidando a independência conquistada pelo movimento na Constituição Federal, no seu artigo oitavo, acabando de vez com a interferência das empresas na vida dos sindicatos e do clientelismo dos sindicatos cartoriais, reconhecidos por lei, mas desconhecidos pelos trabalhadores, embora sempre protegidos e usados pelos patrões, como instrumento do divisionismo.

Todo artista renasce quando morre. É quando vem o reconhecimento, na maior parte das vezes, tardio. Felizmente isto não aconteceu com Carlos Zéfiro ou Alcides Aguiar Caminha. O reconhecimento de seu trabalho surgiu quando vivo mas faltou alguém dizer que ele foi um dos precursores do quadrinho erótico, uma forte tendência dos quadrinhos contemporâneos dito agora "adulto", mas presente mesmo nos desenhos dirigidos ao público juvenil. Pioneiro, ousado, Zéfiro desbravou o imaginário no que a maioria das pessoas saudáveis tem como valor: sua sexualidade.

Se seu traço, às vezes tosco, impreciso na anatomia, para os padrões do desenho atual, pode não merecer o status de arte para alguns preciosistas, certamente merece reconhecimento e valor. O homem povoou o imaginário de homens e mulheres por mais de vinte anos com histórias simples, sim, maniqueístas também, que sempre acabavam bem, e trouxe para a modernidade um assunto tabu, que hoje atropela qualquer um na televisão. Para a moralista sociedade dos anos 50, Zéfiro trouxe, com muita antecedência, a renovadora e revolucionária década dos 60, quando tudo era simples e não havia uma pandemia chamada AIDS.

PRAZER ENTRE 4 PAREDES

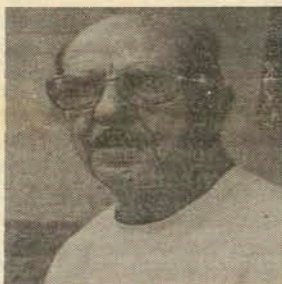
Ricardo Barreto
Professor de Jornalismo da UFSC

A cumplicidade, o pecado, o prazer solitário, sonhos, delírios. Para tudo isso conduziam os desenhos e a assinatura de Carlos Zéfiro na mente de milhões de adolescentes e adultos que, furtivamente, entre quatro paredes, saboreavam sua páginas no início dos anos 60. A sociedade era ainda moralista, a Igreja tinha uma influência maior sobre os costumes, sexo era tabu e o erotismo não freqüentava jornais, revistas ou sequer as telas do cinema e da televisão. Mas foi o manual sexual de pelo menos duas gerações de brasileiros. E não só de homens. Muitas esposas, noivas, namoradas, em vez do contemporâneo vídeo-pornô, também se iniciaram sexualmente através de catecismos, geralmente histórias de 4 ou 32 páginas. Ao ritmo de duas por semana, Zéfiro produziu aproximadamente 600 revistas até o final dos anos 70, quando parou sua produção. E manteve-se incógnito por mais de 30 anos - como seria natural numa atividade cúmplice como o sexo.

A assinatura Carlos Zéfiro escondido, até o ano passado, a identidade do funcionário público aposentado Alcides Aguiar Caminha, ex-goleiro do São Cristóvão, compositor bissexto e um dos precursores do quadrinho erótico mundial. Alguns falsários tentaram levar a sua fama, mas foram desmascarados. Caminha revelou sua identidade e o motivo por que se manteve incógnito tanto tempo: a lei 1711, de outubro

de 52, que punia com a suspensão de pagamento de aposentadoria o funcionário que fosse alvo de escândalo. Assim, muito antes que publicações e artigos eróticos fossem liberados para venda pública, Alcides Caminha driblou a censura e a própria família.

COMEÇO - Tudo começou na repartição, no Serviço de Imigrantes do Ministério do Trabalho, onde seus colegas encomendavam desenhos de *pin-ups* (garotas em poses sensuais) publicadas em revistas estrangeiras. Logo, ele teve a idéia de ganhar dinheiro com seus desenhos, para "construir a casa própria e botar meus filhos na escola". Construiu a casa e educou os cinco filhos, que lhe deram 11 netos e dois bisnetos. Não desfrutou a fama nem ficou



Zéfiro: viva a imaginação

rico, mas também não teve suspensão sua aposentadoria de exíguos 80 mil cruzeiros. Antes de morrer fulminado por um infarto, na madrugada do dia seis de julho, depois de voltar de uma festa, conseguiu presenciar sua quarta homenagem feita em vida. Das mãos

do amigo e livreiro Mauro dos Prazeres, recebeu o prêmio HQ-Mix, concedido por jornalistas especializados em quadrinhos.

As outras homenagens, foram dois livros publicados sobre sua obra - *O Quadrinho Erótico de Carlos Zéfiro*, do editor e cartunista Octacílio D'Assunção e *A Arte Sacana de Carlos Zéfiro*, do pesquisador Joaquim Marinho. Em seu livro, publicado pela editora Marco Zero, já em sua nona edição, Marinho além de reproduzir sete histórias completas de Zéfiro, insere textos do antropólogo Roberto da Matta e do jornalista Sérgio Augusto.

A última homenagem, foi feita no exterior pela espanhola *El Vibora*, uma das revistas de quadrinhos mais importantes da atualidade, que lhe dedicou um número inteiro, reproduzindo também diversas histórias.

Casado desde os 25 anos de idade com dona Serrat, "que a tudo perdoou", como garantiu ao repórter Juca Kfoury, que o descobriu, Caminha também foi boêmio, sem beber, o que certamente o conduziu às inúmeras amantes - "tantas que é impossível calcular quantas foram". O que garante a fama de que muitas de suas histórias poderiam ter sido autobiográficas. Frequentando o Ponto dos Compositores, na porta do Tea-

tro Carlos Gomes, no Rio, ficou amigo de Nelson Cavaquinho e virou, além de seu parceiro na boemia também na autoria de três músicas.

Mas não esquecia: "não sei como não fiquei viciado em co-nhaque de alca-trão, a bebida preferida do Nelson". Com ele compôs *Notícia*, em 54, gravada pelo sambista Roberto Silva e *Capital do Samba* em 56. Mas o sucesso, *A Flor e o Espinho*, composta em parceria com Nelson e Guilherme de Brito, foi escrita no ano seguinte e tornada sucesso pela voz de Eliseth Cardoso em 1967. É de Alcides Caminha o verso inicial antológico: "Tire o seu sorriso do caminho, que eu quero passar com minha dor".

"Lúcido, simples, cativante e discreto" foi o perfil que Juca traçou para a revista *Playboy* em novembro de 1991 sobre o magro senhor de 1,81 metro, 60 quilos, para os setenta anos comemorados dia 26 de setembro passado. Foi sua vitória, pois em junho uma trombose quase o abateu. Resistiu um pouco mais para ser homenageado (e revelado) na I Bienal Internacional de Quadrinhos, realizada no Rio no final de 91 e usufruir alguns meses de reconhecimento pela fama efêmera de ter povoado sonhos e fantasias de milhões sim, de brasileiros, cúmplices dos prazeres desenhados pelo pioneiro e ousado Zéfiro.

